

ATA DA 34ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

1 Aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte, no auditório da Secretaria de
2 Estado de Desenvolvimento Social (SDS-SC), às 13h30min, compareceram na
3 Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos– CEDH, os seguintes
4 conselheiros: **representantes da sociedade civil:** Cynthia Maria Pinto da Luz
5 (Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Jairton Fabeni
6 (Federação Catarinense de Entidade de e para Cegos – FECEC); Erli Camargo
7 (Fundação Nereu Ramos – FINER), Gelson Nezi (Cáritas Brasileira Regional de
8 Santa Catarina), João Carlos de Liz (Associação Serrana dos Deficientes Físicos –
9 ASDF), Nadir Cardoso dos Santos (Central Única dos Trabalhadores – CUT) e
10 **representantes governamentais:** Sullivan Desirée Fischer (Secretaria de Estado
11 do Desenvolvimento Social – SDS); Fabiana de Souza (Secretaria de Estado do
12 Desenvolvimento Social – SDS); Ledronete Silvestre (Secretaria de Estado da
13 Saúde – SES); Reginaldo Rocha de Sousa (Secretaria de Estado de Segurança
14 Pública – SSP); Deise C. M. Souza (Secretaria de Estado do Desenvolvimento
15 Econômico e Sustentável – SDE); Rosimari Koch Martins (Secretaria de Estado de
16 Educação – SED); Elias Zacarias Romão (Instituto do Meio Ambiente – IMA) e
17 como **convidados:** Leonardo K.Santos (Central Única dos Trabalhadores – CUT);
18 Dchonata Jorge Azevedo (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS);
19 Yara Moreira (Conselho Regional de Psicologia – CRP); Tânia Slongo (Movimento
20 Nacional de Direitos Humanos – MNDH); William Nazaré (ativista); Patrícia Thaís
21 M. de Oliveira (moradora comunidade Beira Rio – Palhoça/SC) e Manuela Brandão
22 da Silveira Ribeiro (Secretária do CEDH-SC). **Ponto 1 da pauta. A plenária é**
23 **aberta** pela presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos – CEDH,
24 Cynthia Maria Pinto da Luz, agradecendo a presença de todos e sugerindo que se
25 faça uma rodada de apresentações uma vez que se faziam presentes dois novos
26 membros no grupo. Durante a rodada, apresentaram-se a senhora, Fabiana de
27 Souza, como futura gerente de Políticas para Mulher e Direitos Humanos (GEMDH)
28 a partir do dia 24 de março de 2020 (DOE nº 21.215 de 05 de março de 2020) e,
29 também a, até então, Gerente de Políticas para Mulher e Direitos Humanos
30 (GEMDH), Sullivan Desirée Fischer, comunicando oportunamente seu ingresso
31 como diretora de Direitos Humanos a partir da mesma data. Cynthia deu as boas-
32 vindas e esclareceu que a vice-presidência, como é uma indicação da diretoria, e
33 aquela estava sendo ocupada pela Aretusa, antiga gerente (GEMDH), entendeu
34 que a sucessão seria automática, porém a presidente deixou em aberto para esta
35 Secretaria, de acordo com sua conveniência, indicar e nomear algum
36 representante. Em sequência, Cynthia fez a **leitura para aprovação da ordem do**
37 **dia, ponto 2 da pauta.** Nos informes foram colocados os seguintes pontos: Cynthia
38 introduziu sua fala dizendo ter três pontos a serem incluídos neste item, o primeiro
39 seria o debate e posicionamento do conselho sobre a situação ocorrida no
40 município de Mafra em relação ao vídeo onde uma senhora tem a perna quebrada
41 durante uma ação policial e, comentou a importância da presença do policial militar
42 e também conselheiro Rocha para ouvir o outro lado. Outro ponto seria o edital para
43 implantação da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública Estadual; e por fim,
44 discussão sobre o problema de áreas de ocupação irregular, algumas em
45 Florianópolis, uma em Joinville e; em Araquari, especificamente, este conselho
46 recebeu solicitação para que o mesmo se pronuncie sobre o assunto. Neste
47 momento, Cynthia abriu para possíveis inclusões. Tânia Slongo (MNDH) pediu para
48 incluir um ponto e em seguida a conselheira Erli pediu para fazer um breve
49 comunicado naquele mesmo instante sobre a Feira Estadual da Reforma Agrária,
50 Agricultura Familiar e Economia Solidária. A pauta é então aprovada por
51 unanimidade. Dando continuidade, a presidente Cynthia (CDH) passou para o

52 **ponto 3 da pauta**, onde pediu para que a Secretária Executiva fizesse a leitura das
53 **justificativas de ausências**. Foram informadas as justificativas dos (as)
54 conselheiros (as): Bruno Carlos (ADVIR), Tamiris Grazziotin (CC), Sidnei Pavesi
55 (ADVB) e Anne (ADEPESC). Todas aprovadas. Seguindo a reunião foi introduzido
56 o **ponto 4 da pauta, aprovação das atas pendentes** referentes aos meses de
57 outubro, novembro e dezembro de 2019. As atas são aprovadas por unanimidade.
58 Em sequência, foi introduzido o **ponto 5 da pauta, leitura e aprovação integral**
59 **do Planejamento Estratégico**. A presidente Cynthia, fez uma correção, dizendo
60 não caber a palavra *integral* neste momento. E, explicou que em dezembro de 2019,
61 o planejamento já havia sido aprovado. Complementou sua fala, explicando que
62 naquele momento estava sendo feito apenas uma referência de que o planejamento
63 foi disponibilizado, elaborado pela Mesa Diretora, com a contribuição da Aretusa
64 (ex-Gerente de Políticas para Mulher e Direitos Humanos) no processo de
65 elaboração e, finalizou sua fala dizendo que o problema, neste momento seriam
66 determinar os prazos. Cynthia mencionou ainda a dificuldade em reunir as
67 Comissões, devido: tanta pela falta de tempo quanto pela dificuldade em acessar
68 as diárias em razão ao Decreto nº 1.127/2008 que o regulamenta. Dando
69 prosseguimento a reunião passou-se para o **ponto 6 da pauta sobre a reunião**
70 **com as Ouvidorias: Geral do Estado e Setorial**. Cynthia fez um breve relato da
71 reunião, primeiro citando os presentes: Guilherme Krauss (Ouvidor-Geral do
72 Estado), Vitório (assessor), Américo (gerente de gestão da ouvidoria), Gustavo
73 Gallo (Ouvidor Setorial – SDS), a própria Cynthia e a Secretária do conselho e; em
74 sequência, repassando os principais dados cedidos a este conselho, tais como: o
75 número total de denúncias recebidas, cerca de 25.000, através da ouvidoria-geral,
76 sendo que aproximadamente 97% dessas vêm pelo site, 2 (duas) pessoas atendem
77 o 0800, recebem cerca de 40 ligações por dia e, a Ouvidoria do Sistema Único de
78 Saúde não se inclui no computador geral. Cynthia esclareceu que para este existe
79 outro formato. A presidente mencionou ainda que a ouvidoria-geral atende a lei
80 federal que determina um prazo de 20 (vinte) dias para resposta a apresentação da
81 denúncia. Cynthia finalizou sua fala informando que, em 2014, a maior parte das
82 denúncias era nas áreas da segurança pública, saúde e educação, nesta ordem.
83 Em sequência, Cynthia abriu para discussões e, sugeriu como **encaminhamento**
84 **que a Secretária do Conselho formalize o pedido**. A conselheira, Rose (SED)
85 fez um questionamento se este conselho se apresentava no fluxo do processo da
86 Ouvidoria, ou se esse fluxo ainda não existia. Cynthia respondeu que esse fluxo
87 não existia. Em sequência, Sullivan (SDS) manifestou sua opinião dizendo que,
88 provavelmente este conselho não está inserido na classificação do sistema da
89 Ouvidoria e que, se assim fosse, seria apenas uma questão de ajuste. Cynthia
90 então, sugeriu elaborar uma proposta e encaminhar para a Ouvidoria-Geral mas
91 colocou para o grupo discutir qual seria o critério determinante para recebimento
92 de denúncia por parte deste conselho. Sullivan (SDS) sugeriu que seja feita
93 composição destas listas da Ouvidoria e verificar qual possui assuntos relacionados
94 a este conselho, uma vez que a instituição já faz a separação de assuntos por
95 categoria e, a partir disso preparar o sistema para um encaminhamento duplo. Erli
96 (FINER), por sua vez, sugeriu que fosse encaminhado um documento que sinalize
97 que este conselho trabalha com os artigos 5º e 6º da Constituição e, a partir disso,
98 todas as demandas poderiam ser levadas ao conselho em referência. A
99 conselheira, Erli, propôs ainda que a pessoa que ficar responsável por esta
100 demanda, visualize os dados do SIPIA CT, sistema que contém todos os direitos
101 violados e encaminhamentos dados para cada caso. **Encaminhamentos: Sullivan**
102 **irá fazer um levantamento dos dados do SIPIA CT para verificação de quais**
103 **critérios são utilizados e assim servir de base para a confecção da nossa**
104 **proposta. A Comissão de Normas e Legislação em conjunto com a Mesa**
105 **Diretora irão trabalhar em cima da elaboração do Ofício com essa proposta**
106 **para apresentar na próxima plenária**. Prosseguindo a reunião, Cynthia inverteu

107 a ordem da pauta para ouvir os envolvidos na ocupação e a senhora, Tânia Slongo
108 (MNDH) dando-os as boas-vindas. Tânia pediu para que fosse dado prioridade a
109 ocupação Beira-rio (Palhoça) pois era a ocupação que tinha maior urgência. Neste
110 momento apresentam-se o William e a Taís, moradores do município da Palhoça,
111 ambos estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), sendo que o
112 primeiro não é morador da ocupação, é um apoiador da causa e trabalha com
113 mediação de conflitos de regularização fundiária juntamente com arquitetos e
114 advogados, sendo que estes últimos acompanham as causas relacionadas a
115 moradia. William (ativista), introduziu sua fala explicando que há um processo
116 desde 2016, onde foi assinado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre o
117 Ministério Público do Estado (4ª comarca) pelo procurador do estado, senhor José
118 Eduardo Cardoso e o prefeito do município de Palhoça, senhor Camilo, para
119 desocupação da área ambiental, na região limítrofe entre os municípios de São
120 José e Palhoça. Trata-se da área de ocupação Beira-rio, situada no Jardim
121 Eldorado, Brejaru. William explicou que por volta do ano de 2005 foi instalado um
122 loteamento industrial onde foi desviado o curso do rio, desmatada a vegetação
123 nativa e a partir deste ato o procurador José Eduardo Cardoso denunciou essa
124 situação em que a Prefeitura para instalar um loteamento industrial degradou o
125 meio ambiente sem licença ambiental. William relatou que mesmo antes da
126 instalação da área industrial aquelas pessoas já habitavam no local. Complementou
127 ainda que com a instalação do parque industrial o número de moradores aumentou
128 na região. Ainda segundo William, no acordo acima firmado, ficou estabelecido a
129 retirada dos moradores que estivessem ocupando área ambiental. William
130 mencionou ainda haver outro processo, a nível federal, em relação a esta mesma
131 área, para despoluição do rio Imarui uma vez que este recebe esgoto tanto da
132 comunidade quanto das empresas. O Ministério Público de Santa Catarina
133 acrescentou também esse ponto para resolução da questão sanitária do rio.
134 Prosseguindo com seu relato, William comentou no ano de 2018 ocorreu a
135 demolição da casa da Taís, de seu vizinho, e da filha deste. Os próprios envolvidos
136 fizeram um levantamento das famílias a serem despejadas sendo contabilizadas
137 num total de cerca de 80 (oitenta). A comunidade entrou com uma ação e
138 conseguiram uma liminar, no ano de 2019, suspendendo as demolições. Mas
139 quando julgada esta pelo pleno do Tribunal de Justiça do Estado, a mesma foi
140 derrubada. Segundo relato dos envolvidos algumas dessas famílias chegaram a
141 ficar em situação de rua, sem nenhum tipo de acolhimento ou assistência. Alguns
142 dos envolvidos chegaram até mesmo a conversar pessoalmente com o prefeito
143 Camilo e, também seu pai, o deputado Nazareno. Desta conversa, de acordo com
144 o William, nada foi solucionado. Lembrou ainda que, numa das audiências de
145 conciliação, esteve presente a entidade em processo de liquidação, COHAB
146 oferecendo possibilidades de soluções. Finalizando sua fala, William solicitou ao
147 pleno que fosse elaborado um documento para ser incluído como parte dos
148 processos (estadual e federal) e, então passa a palavra para a moradora da
149 ocupação ali presente. Taís, contou um pouco dos casos que aconteceram em
150 virtude do processo de desocupação, chegando a ocorrer até mesmo casos de
151 óbito. Neste momento a conselheira Erli questionou-os se uma das alternativas
152 para a resolução do problema seria encontrar alguma região que se caracterizasse
153 uma *zeis* (zona especial de interesse social). A presidente Cynthia argumentou que
154 na verdade a intenção dos envolvidos seria a regularização fundiária uma vez que
155 se trata de uma área consolidada. Tânia Slongo (MNDH) fez um breve comentário
156 a respeito da importância de se trabalhar para que sejam garantidos os serviços
157 público, como a política da habitação, direito humano básico, e não a extinção
158 desses, que atendem as demandas da população menos favorecida. O conselheiro,
159 Elias Romão (IMA), questionou os envolvidos na causa da ocupação se a margem
160 do rio é uma área de preservação permanente e o que o promotor estadual mandou
161 a prefeitura fazer para tentar reparar o dano ambiental causado. William (ativista)

162 informou no *Termo de Ajuste de Conduta (TAC)* as famílias não aparecem, o
163 destaque é dado apenas a questão ambiental. E, complementa dizendo que o
164 documento será encaminhado ao conselho. O ativista, finalizou sua fala
165 esclarecendo ao pleno que, apesar de toda a tortura psicológica vivida pela
166 comunidade, em nenhum momento se apelou para a violência, e que, o máximo
167 que fizeram foi trancar a entrada da comunidade. Cynthia introduziu sua fala
168 dizendo que a COHAB interveio nesse processo porque é possível a regularização
169 em área ambiental, a instituição está intervindo no processo de Araquari, do Jardim
170 das Oliveiras, onde irá participar da audiência de conciliação, e; também no
171 processo de São Bento do Sul. **Encaminhamento: Cynthia irá elaborar**
172 **recomendação solicitando ao governo do Estado que, desde que haja**
173 **possibilidade de composição dos processos estadual e federal para**
174 **regularização fundiária, que se opte pelo acordo que atenda as pessoas. Essa**
175 **recomendação será transformada em nota para publicação e também será**
176 **enviada para as advogadas, doutoras Celina e Luzia, para protocolarem nos**
177 **processos. A nota será enviada também ao Ministério Público do Estado e a**
178 **prefeitura de Palhoça.** A presidente os convida a permanecerem na reunião e
179 manifestou o seu desejo de uma possível volta dos ocupantes numa outra situação:
180 de comemoração de um acordo exitoso e, fez o convite para voltarem sempre que
181 quiserem. **A aprovação da nota, após sua elaboração, será feita via grupo de**
182 **aplicativo.** Dando continuidade a reunião foi introduzido **o ponto 7 da pauta sobre**
183 **as alterações na legislação e no regimento interno do conselho.** Cynthia
184 relatou que esta tarefa está quase pronta com o Doutor João Coutinho (ADEPESC)
185 e com a própria Cynthia e, complementou, informando que já existe uma resposta
186 para o parecer da procuradoria com relação as alterações do regimento interno. A
187 presidente comunicou ainda que, a própria Cynthia e o doutor João, ambos, estão
188 trabalhando nas alterações da lei do conselho. A presidente finalizou sua fala se
189 comprometendo na próxima reunião, entregar pelo menos a resposta do regimento.
190 Neste momento a Secretaria do conselho pediu a palavra para perguntar sobre a
191 paridade, porque se resolver pela paridade seria necessário escolher alguma
192 instituição, com o desmembramento da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura
193 e Esporte: Fundação Catarinense de Cultura, Fesporte ou Santur. A conselheira
194 Erli explicou que a Constituição do Estado permite para *todos* os conselhos, de
195 cunho social, a participação majoritária da sociedade civil. Cynthia se dirigiu a
196 Sullivan para que o governo verifique essa situação dizendo que a vaga se encontra
197 em aberto. A Secretaria do conselho nesse momento fez outro questionamento,
198 desta vez sobre a vacância do Conselho Regional de Psicologia (CRP) se continua
199 aguardando a indicação da instituição ou não. A presidente sugeriu deixar a
200 situação como está, porque, no seu entendimento, a nova gestão da instituição
201 deve ter uma visão diferente na temática Direitos Humanos, e complementou
202 dizendo que está subentendido que esta talvez não seja uma opção *deles*. A
203 colaboradora Yara Hornke (CRP) se manifestou dizendo que de acordo com o
204 regimento interno da instituição, *todos* que representam o conselho são
205 automaticamente destituídos. Acrescentou ainda que até foi feito um pedido
206 informal para que continuassem (Yara e Ematuir), mas a senhora Yara (CRP) se
207 posicionou dizendo que não concorda de ser protelado essa situação.
208 Prosseguindo a reunião, Cynthia se dirigiu a conselheira Rose (SED) e perguntou
209 se a mesma não gostaria de falar um pouco sobre o seu **informe (Ponto 10 da**
210 **pauta)** antes de ser introduzido o próximo ponto da pauta. A conselheira Rose
211 (SED) começou sua fala comentando sobre uma informação repassada por este
212 conselho que a favoreceu. A partir desse relato, Rose (SED) fez uma consulta ao
213 pleno sobre a possibilidade de elaboração de documento ou material que
214 respaldasse as famílias para ser utilizada como meio de orientação para cuidar dos
215 seus idosos. Sullivan (SDS) pediu neste momento a palavra para compartilhar com
216 o pleno a Campanha de Conscientização feita por esta pasta com parceria de

217 outras instituições, em alusão ao dia internacional da mulher, que foi realizada nos
218 dias 02 a 08 de março, e; colocou a situação de atendimento de idosos, que por
219 sua vez não sabiam de seus direitos. Com o auxílio da Defensoria Pública da União
220 (DPU) muitos destes foram devidamente orientados e, no total foram atendidas
221 1680 pessoas. Sullivan finalizou sua fala dizendo que se pretende desenhar para
222 cada política pública um fluxo de processos para que a população saiba onde
223 buscar informação e como buscá-la. Fabiana de Souza (SDS) acrescentou ainda
224 que muitos idosos nem sabiam que estavam sofrendo violência e, citou a Comissão
225 de Combate a violência contra os idosos que pertence ao Conselho Estadual do
226 idoso, sendo que essa Comissão possuía uma cartilha, que talvez possa ser
227 disponibilizada a este conselho. **Encaminhamento: Secretaria do conselho**
228 **deverá encaminhar ofício ao CEI solicitando material.** Neste momento começou
229 a discussão sobre **o ponto 9 da pauta. Discussão para indicação de entidade**
230 **governamental e/ou não governamental para concorrer ao prêmio “Dr. Pinotti**
231 **– Hospital Amigo da Mulher”.** Cynthia fez a leitura do e-mail e em sequencia se
232 dirigiu a conselheira Ledronete (SES) para que esta se manifestasse sobre o
233 assunto. **Encaminhamento: A conselheira Ledronete encaminhará documento**
234 **à Diretoria de saúde primária que trabalha com políticas de atenção à saúde**
235 **da mulher para que estes indiquem um nome.** Em sequencia ficou decidido que
236 após a indicação do nome o mesmo será exposto no grupo para aprovação de
237 todos(as) uma vez que não haverá tempo hábil para decisão em reunião presencial.
238 Sullivan, fez uma última colocação a respeito do assunto quanto à questão de que
239 seja verificado, se o nome a ser indicado não é uma entidade que esteja sempre
240 recebendo prêmio, para dar oportunidade a outras instituições que nunca aparecem
241 mas que fazem trabalhos significativos e, desta forma possa motivá-los ainda mais
242 na continuidade daqueles. Dando prosseguimento a reunião, a presidente passou
243 para o **ponto 8 da pauta** sobre a **resposta a Recomendação CEDH nº 001/2019**
244 **(Leitura e discussão da INFORMAÇÃO GEMDH/DIDH/SDS Nº 01/2020).** Cynthia falou
245 resumidamente o que foi mencionado no documento e salientando que algumas
246 propostas foram feitas. Após sua fala, a presidente se dirigiu a gerente Sullivan
247 (SDS), quem redigiu e elaborou a resposta, e; perguntou se a mesma gostaria de
248 falar sobre o assunto. Sullivan (SDS) fez um breve histórico, de momento semelhante,
249 que vivenciou como docente de graduação, onde os professores, em unanimidade, diziam
250 não se sentirem preparados para trabalhar com essa temática em sala de aula por conta
251 dos questionamentos que viriam e não saberiam como lidar com eles. Então começaram a
252 incluir a temática através de outros meios. Sullivan (SDS) finalizou sua fala colocando que
253 o problema, que em geral acontece, na formulação e implementação de políticas públicas
254 é que, no momento do seu desenho, é apresentado o que se deve fazer sem estar explícito
255 os encaminhamentos do modo como serão feitos/aplicados. Sullivan (SDS) comentou que
256 o conselho para poder cobrar, que é seu papel como controlador social, precisa de certa
257 forma, dar encaminhamentos. Nesse momento Cynthia abre para discussão, e se
258 inscreveram as conselheiras: Erli (FINER), Yara (CRP) e Rose (SED) que fizeram suas
259 colocações ressaltando a importância de ser trabalhado essa temática dentro das escolas,
260 e que os professores devem começar a estudar para entender o assunto. A conselheira
261 Rose (SED) fez um breve relato sobre o assunto e ressaltou o entendimento equivocado
262 dos professores e das pessoas, de modo geral, quando se fala na palavra *gênero*, que o
263 tema se refere especificamente a orientação sexual. A conselheira complementou sua fala
264 comentando a importância de ser trabalhado, também esse tema, uma vez que se refere
265 a seres humanos que ocupam espaços públicos e precisam ter seus direitos garantidos. A
266 pedido da presidente Cynthia, faço constar em ata que este conselho recebeu a resposta
267 da recomendação CEDH nº 001/2019, sendo que o gabinete do governador dispensou sua
268 tarefa de elaborar resposta ao documento acima citado, remetendo ao gabinete da
269 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SDS) e, não era isso que o conselho
270 queria. O pleno entende que foi uma decisão política alinhada a *tão falada* ideologia de
271 gênero, não acatando a recomendação deste conselho. Discutidos todos os pontos de
272 pauta a presidente Cynthia (CDH) finaliza a reunião, **Ponto 11 encerramento,**
273 agradecendo a presença de todos (as). Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro,

274 lavrei a presente ata, a qual, após lida e aprovada, será devidamente publicada no
275 portal da SDS-SC.
276
277
278
279
280
281
282